

Os mosteiros Cistercienses na região das Beiras

Ana Maria Tavares Martins

amtfm@ubi.pt

Universidade da Beira Interior

ABSTRACT

It was in the Beira's region that begun the cradle from which many of the Cistercian Order monasteries irradiated. This was a very difficult region and fully integrated into the Cistercian spirit that sought communion with nature, the isolation and remoteness of the bustle of the cities. There, we can find, notable architectural examples of this Religious Order which, although distinct, share the same remarkable expressivity everlasting associated to spirituality, to an ideal, and a language originally austere and almost minimal.

KEYWORDS

Cistercian Order, Monastery, Heritage, Beiras

RESUMO

Foi na região das Beiras que surgiu o berço do qual irradiaram muitos dos mosteiros da Ordem de Cister. A implantação foi muito difícil, mas totalmente integrada no espírito cisterciense que buscava a comunhão com a natureza, o isolamento e o afastamento do bulício das cidades. Aqui, encontram-se notáveis exemplares arquitetónicos desta Ordem que, apesar de distintos, comungam da mesma expressividade marcante associada eternamente a uma espiritualidade, a um ideal e a uma linguagem inicialmente austera, quase minimal.

PALAVRAS-CHAVE

Ordem de Cister, Mosteiro, Património, Beiras

INTRODUÇÃO

Este texto repõe a conferência com o mesmo título, proferida por convite, no âmbito das Jornadas Europeias do Património, que decorreram no dia 28 de Setembro de 2012, no Museu dos Lanifícios, na Covilhã. Efetivamente, o trabalho, agora apresentado, faz parte de uma publicação intitulada “Os Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras: um percurso entre a Arquitectura e a História”, da autora e com desenhos de Mestre Jorge Braga da Costa, publicada pela Quartzo Editora em Março de 2012 e cujo lançamento teve lugar no Museu dos Lanifícios aquando as JEP 2012. A publicação possui ainda um texto introdutório de Eduardo Mosquera Adell e de María Teresa Pérez Cano, ambos docentes da Universidade de Sevilha, Espanha. Os mosteiros cistercienses das Beiras são referenciados não só através dos desenhos de mestre Jorge Braga da Costa, mas também através das respectivas plantas, fotografias aéreas e plantas de localização (Fig. 1). Com este contributo, pretende-se reflectir sobre o património monástico cisterciense das Beiras e a sua importância no panorama nacional.

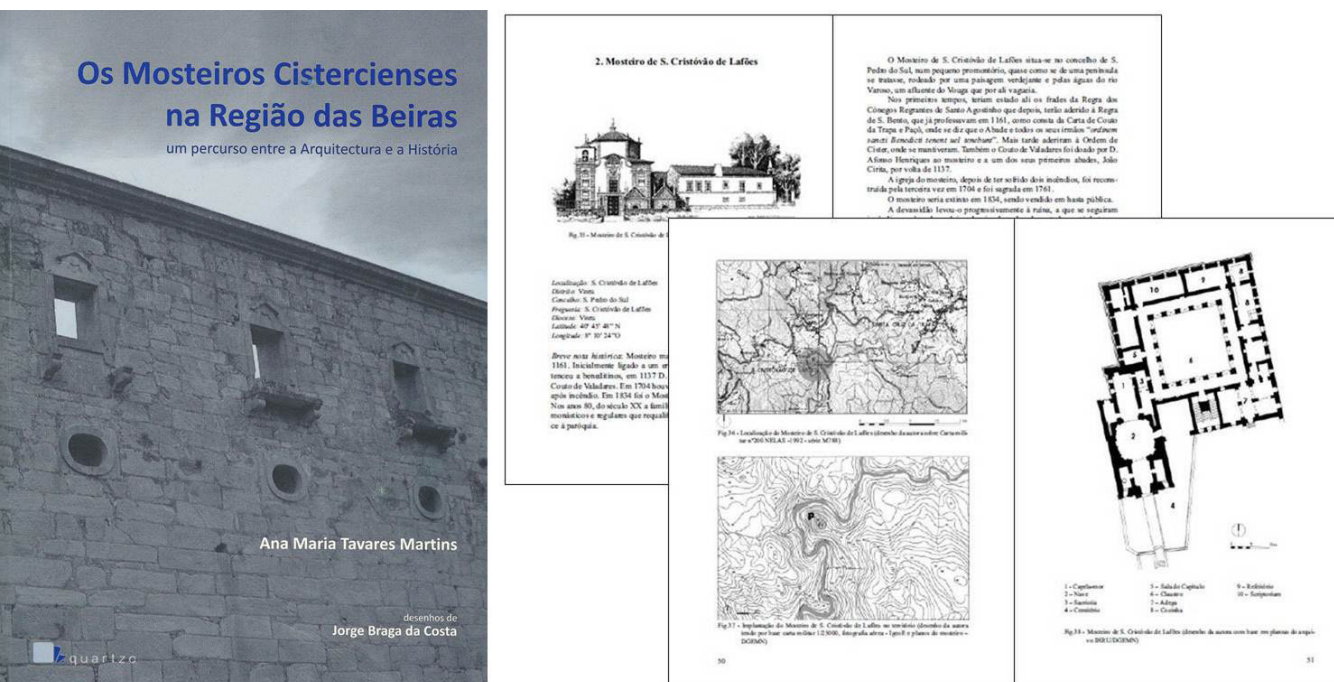


Fig. 1 Publicação “Os Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras: um percurso entre a arquitectura e a história” com texto de Ana Maria Tavares Martins, desenhos de Jorge Braga da Costa e introdução de Eduardo Mosquera Adell e María Teresa Pérez Cano, editado pela Quartzo Editora – Capa e referência tipo por mosteiro.

O mesmo não seria possível, neste formato, sem a participação muito especial do Mestre Jorge Braga da Costa, artista plástico viseense, que cedeu as ilustrações que acompanham este texto, como já nos premiara com seus desenhos, que deixámos no livro “Os Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras: um percurso entre a Arquitectura e a História”, que António José Coelho quis fazer sair dos prelos da Quartzo Editora com a maior dedicação e carinho que nos une no tema da arquitetura cisterciense portuguesa.

INÍCIO DA ORDEM CISTERCIENSE EM PORTUGAL: CONTRIBUTO PARA UMA GÉNESE BEIRÃ

A Ordem de Cister estabeleceu-se no território beirão e português em geral em tempos em que a própria instituição ainda se encontrava na primeira fase de expansão a partir de França, espalhando-se por todo o país acompanhando os movimentos da reconquista. Este facto permite compreender a vasta escala de ocupação do território português, a extensão dos domínios cistercienses e as suas áreas de influência. Não foi fácil a implantação, porém, totalmente integrada no espírito cisterciense que buscava a comunhão com a natureza, o isolamento e o afastamento do bulício das cidades (Fig. 2). De facto, na região das Beiras do séc. XII, os mosteiros até então beneditinos ou afectos a outras ordens religiosas foram imbuídos pela presença do novo espírito cisterciense adaptando-se a novos usos e costumes. Os novos mosteiros cistercienses que surgiram em Portugal reproduziram a imagem e o espírito do mosteiro de Claraval de cujo ramo provêm, definindo assim uma tipologia do lugar. Note-se que apenas no século XVI, em 1567, se dá a desvinculação dos Cistercienses portugueses da obediência a Claraval, com a criação da Congregação Autónoma de Alcobaca. É tradicionalmente apontado como primeiro



Fig. 2
a./c. S. Pedro das Águias (o velho), b. S. Pedro das Águias (o novo), d. S. Cristóvão de Lafões, e. Sta Maria de Aguiar, f. Torre e ponte da Ucanha g. N. Sra. da Assunção de Tabosa (desenhos J. Braga da Costa)

mosteiro cisterciense, no território português, o mosteiro de S. João de Tarouca (1143-1144), embora a sua primazia seja disputada actualmente com S. Cristóvão de Lafões, em S. Pedro do Sul, e o último, Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (1692), em Sernancelhe. Salientam-se ainda os mosteiros de Santa Maria de Salzedas, em Tarouca, e de São Pedro das Águias, em Tabuaço, não só pelas suas arquiteturas, mas também por serem exemplo de transferência de sítio. Devemos salientar ainda os mosteiros de Santa Maria de Maceira Dão, em Mangualde e Santa Maria de Aguiar, em Figueira de Castelo Rodrigo, já no distrito da Guarda.

No seio dos mosteiros cistercienses portugueses, destacam-se dois, não só pela sua importância, mas também pela sua magnificência: o Mosteiro de São João de Tarouca (Fig. 3) e o de Santa Maria de Alcobaça. Um e outro foram casas-mãe de grande número de outros

pelos que se podem considerar dois ciclos, temporais e geográficos, na afirmação e desenvolvimento de Cister em Portugal. Assim, reportamos o ciclo de São João de Tarouca, associado aos primeiros tempos e ao berço de Cister em Portugal, e posteriormente, o ciclo de Alcobaça, que engloba também as fundações da Congregação de Alcobaça, associado ao desenvolvimento e expansão de Cister no nosso país. Pela mesma razão, são de destacar os coutos de Alcobaça e os de São João de Tarouca, que integravam as respectivas granjas. Com a desvinculação portuguesa de Cister e o nascimento da Congregação Autónoma de Alcobaça (1567), surgem novas fundações das quais faz parte o mosteiro beirão de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, em Sernancelhe.



Fig. 3
Mosteiro de São João de Tarouca que encabeça o ciclo com o mesmo nome. (desenho de Mestre Braga da Costa)

PARA UMA COMPREENSÃO DA IMPLANTAÇÃO CISTERCIENSE BEIRÃ

Desde os primórdios da Idade Média, quando se buscava o Paraíso Celeste e a comunhão com Deus, aspirava-se não ao regresso ao Éden do Génesis, mas sim à grande cidade de Jerusalém Celeste, apresentada pelo Apocalipse de S. João, símbolo urbano da salvação e da vitória das forças do bem sobre o mal. Esse Paraíso Celeste encontrará várias aproximações terrestres que ganham forma nos mosteiros, diminutas réplicas da imensa Jerusalém Celeste, o Paraíso na Terra e a Cidade de

Deus. O espaço monástico é assim o reflexo de um ideal, de uma visão do mundo, de um sistema de valores que tudo organiza e modela.

O regresso às origens, à Regra de S. Bento, preconizado pelos cistercienses traduziu-se num esforço em atingir, através desta, o valor evangélico fundamental: a busca de Deus através da oração, da meditação e do trabalho. Deste modo, os cistercienses não pretendiam o primitivo ou o arcaico, mas sim a pureza e a autenticidade (Fornari, 1981: 2). A Regra caracteriza-se essencialmente: pela divisão do dia entre a oração e o trabalho em resposta positiva aos imperativos (*ora et labora*); pela obediência ao Abade (*obedientia*); pela estabilidade (*stabilitas*); pela vida de perfeição (*conversatio morum*); pela obrigatoriedade de permanência no mosteiro (*stabilitas loci*); pela elevação da virtude do silêncio (*de taciturnitate*); da humildade (*humilitas*); e da discrição (*discretio*) (Martins, 2011).

No entanto, a Regra de S. Bento nada refere sobre a utilização de um plano tipo. Apenas menciona os espaços indispensáveis à vida monástica de modo a encontrar no claustro todos os elementos necessários à vida. O monge que segue a regra de S. Bento é assim inseparável do seu mosteiro dado que a este se resume toda a sua existência constituindo de igual modo todo o seu horizonte. Assim, é compreensível que o mosteiro, sobretudo a sua arquitetura, exerça grande influência sobre o monge não sendo de conceber um sem o outro. Um mosteiro cisterciense deveria ser erigido o mais longe possível das zonas habitadas uma vez que o monge deveria viver em solidão. Foi esta razão que levou os cistercienses a fazer novas fundações apenas quando os lugares regulares estivessem construídos, sendo o grupo fundador composto por doze monges acompanhados do seu abade, de modo a que a vida regular e todos os exercícios comunitários a ela inerentes fossem possíveis de ser cumpridos. Para além de toda a sua carga simbólica, o mosteiro é um local funcional onde tudo tem a sua justificação e se insere no seu lugar pois o mosteiro é um local de habitação dos Homens mas também de Deus (Dias, 1997: 13-37). Aliás, “Cada mosteiro digno representa um corpo através do qual a vida segundo a Regra é em primeiro lugar possível, depois racionalizada e finalmente simbolizada. (...) Todo o bom mosteiro ambiciona ser uma representação da Civitas Dei” (Braunfels, 1993: introduction).

S. Bernardo alude à cidade ideal, a este Paraíso, na sua Epistola 64, ao referir-se à Abadia de Claraval desejando que esta fosse para os monges a possível Jerusalém Celeste na terra (Dias, 1997: 206-207). O claustro segundo Bernardo de Claraval era o *Paradisum Claustralis*, sendo a vida no claustro cisterciense não só um ideal de vida mas também uma imagem e uma antecipação do paraíso (Mumford, 1961: 271 e Simson, 2000: 64). Como refere também o Capitula IX: “Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a Regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja um pequeno traço”.

Razões de ordem espiritual e material exercem um papel decisivo na escolha dos locais de edificação de cada mosteiro da Ordem de Cister. O mosteiro não é apenas um paraíso na terra, também os espaços escolhidos pelos cistercienses se tornaram paraísos terrestres pois estes foram capazes de transformar os mais desertos e inóspitos lugares em “paraísos”, criando no seu seio a cidade de Deus, utilizando para isso diversos recursos, dos quais se destaca, pela sua importância, a hidráulica cisterciense. Este facto encontra-se presente na legislação cisterciense primitiva, que era constituída pelos: *Exordium Parvum*, *Exordium Cistercii*, *Carta Caritatis Prior*, *Summa Cartae Caritatis*, *Capitula*, *Ecclesiastica Officia*, *Usus Conversorum*.

Pode-se comprovar a preferência cisterciense orográfica pelos vales, mormente aqueles que estavam próximos dos cursos de água. Os mesmos permitiam o acesso à água, o bem precioso para a subsistência, assim como o isolamento do bulício da vida urbana, mas também era ali que se encontravam as matérias-primas necessárias à construção e as terras para cultivo. Porém comprova-se que nem sempre a escolha foi esta, veja-se o caso de S. Cristóvão de Lafões. Este espaço conquistado à natureza, no qual o homem impõe uma ordem para aí viver em comunidade, orando e trabalhando, estabelecendo um vínculo com o Sagrado ou o sobrenatural, é ambiente natural ordenado segundo a vontade de Deus. A Regra de S. Bento dotou o Mosteiro de um programa que por sua vez gerou a planimetria da sua arquitectura. Um mosteiro cisterciense deveria ser encarado como uma cidade ideal na qual todas as necessidades da comunidade em geral, e as do monge em particular, deveriam ser atendidas e saciadas.

ARQUITETURA CISTERCIENSE E O SEU DESENVOLVIMENTO

A Arquitectura Cisterciense nasce como reacção à ostentação e riqueza das suas contemporâneas e sobretudo como resposta à opulência dos Cluniacenses. Nela, encontra-se presente um modelo de clareza, simplicidade e precisão. A simplicidade era a ideia e o ideal subjacente a todos e a tudo o que estivesse inserido na Ordem de Cister, estando patente não só na arquitectura e na arte, mas também no modo de vida, no trabalho, na alimentação, nas vestes e na liturgia. Do ponto de vista estilístico, aquela apresenta certas influências ora regionais, ora ecléticas, provenientes de diversos meios e aceites pelos monges quando ainda não existia nenhuma doutrina que versasse o tema. Num primeiro momento, o Românico e depois o Gótico, ajustados a esta austeridade apresentam-se como resposta às exigências dos Cistercienses, traduzindo perfeitamente a espiritualidade da Ordem. Deve-se salientar assim a importância da Ordem de Cister não só na proliferação do Românico, mas também na introdução do Gótico em Portugal através do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (Fig. 4) fundado em 1153.

Na Idade Média, sobretudo no decorrer do século XII, é importante ter em atenção a existência de duas correntes estéticas paralelas, mas inteiramente opostas no que respeita à espiritualidade da arte. Por um lado, encontra-se uma conceção da espiritualidade da arte defendida por Sugério de S. Dinis (1081-1151), na forma latina *Sugerus Sancti Dionysii*, assim como pelos cluniacenses em geral, segundo a qual se procura um equilíbrio entre o sensível, o belo e o sumptuoso *per visibilia ad invisibilia* (Viti, 1995: 29). Por outro lado, encontra-se uma outra conceção da espiritualidade da arte defendida em particular por S. Bernardo e pelos cistercienses, segundo a qual é rejeitada a analogia entre a beleza terrena e o esplendor celeste, constituindo a ascese, e por consequência a renúncia dos sentidos, um meio de alcançar Deus. Os cistercienses pretendiam a união mística com Deus, através da penitência e da ascese, em que o trabalho manual é fundamental em ambiente de isolamento e humilde (Viti, 1995: 14). Para S. Bernardo, o luxo é inútil e perigoso, estando não só em contradição com as exigências da vida espiritual como também em conflito com esta. A alma, segundo S. Bernardo, necessita de concentração interior para poder atingir o conhecimento.

No que respeita à arquitectura, esta oposição entre S. Bernardo e Sugério de S. Dinis, demonstra que a diferença que os distingue não pode ser considerada em termos meramente arquitetónicos, mas sim segundo termos teológicos e éticos. Este novo modo de encarar a arte tem início com a publicação de um dos primeiros tratados de S. Bernardo, a *Apologia para Guilherme, Abade* (1125) ou *Apologia ad Guillelmum abbatem*, que foi o resultado de uma querela, entre Cistercienses e Cluniacenses, sobre a interpretação da regra de S. Bento e traduziu-se na resposta de S. Bernardo, então já abade de Claraval, a Guilherme, abade de S. Teodorico. Como refere Dom Angelico Surchamp, duas interpretações da mesma regra, ambas abençoadas pela Providência, não podiam deixar de se confrontar mais tarde ou mais cedo (Surchamp, 1982: 16).

Na *Apologia para Guilherme, Abade*, S. Bernardo expõe o essencial do seu pensamento e os princípios que o movem. Crítica o luxo e os excessos de ornamentação (*superfluitas*), as deformações e distorções fantásticas da arte românica (*curiositas*), os excessos das proporções (*supervacuitas*) e abre caminho para uma estética da moderação (*moderatio*) ornamental onde a necessidade (*necessitas*) e a utilidade (*utilitas*) devem constituir os novos critérios estéticos (Martins, 2006: 92-93).

Nas primeiras décadas do séc. XII, a evolução da Ordem de Cister esteve relacionada com o desenvolvimento da arquitectura e da arte caracterizadas pela simplicidade e pela harmonia das proporções que se traduziram num estilo de grande perfeição. Nos territórios onde se implantava a Ordem de Cister, eram apresentadas soluções inovadoras, o que não significa que permanecessem como tal, fora destes territórios, pois os cistercienses sempre souberam utilizar as premissas singulares dos locais onde se encontravam. Estas construções sofreram influências de particularidades locais para além do carácter de homogeneidade. Esta seria resultado não só de uma organização centralizada como também do Capítulo Geral a partir do qual eram

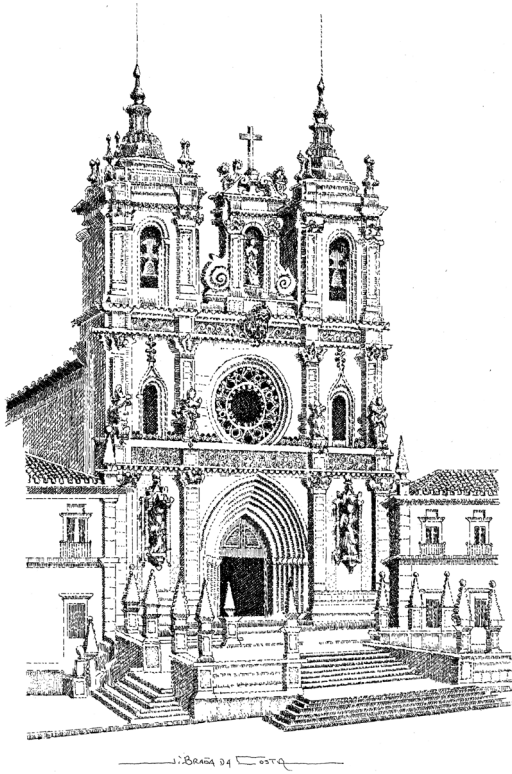


Fig. 4
 Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça
 (desenho de Mestre Braga da Costa)

tomadas todas as decisões destinadas a todos os mosteiros, assim como a visitas regulares dos mosteiros.

A difusão da Ordem de Cister na Europa originou a elaboração de plantas e alçados muito semelhantes denotando uma repetição de modelos e homogeneidade que apontavam para alguma “standardização”. O desenvolvimento da arquitectura cisterciense não correspondeu apenas ao tipo e estilo da sua construção mas também à disposição de todo o conjunto monástico ou seja igreja, edifícios regulares, construções agrícolas e industriais assim como todo o tipo de anexos (Fergusson, 1998: 40). A partir de 1150, começa-se a falar de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitetónicos “*de more nostro*”, isto é, “*do nosso modo*”.

A Ordem de Cister é assim dotada de uma linguagem arquitetónica própria onde se incluem elementos e diretivas que possuem um certo paralelismo com a atualidade tanto pelas plantas-tipo, como pelas linhas sóbrias, pela simplicidade, e pela luz. Assim, desde o plano das abadias à simplicidade dos materiais escolhidos tudo se conjuga para elevar a procura de Deus e busca da santidade. A economia de meios, o rigor, os jogos de volumes e da luminosidade traduzem-se através da perfeita unidade entre um ideal espiritual e as escolhas formais. Pode-se assinalar a importância da Ordem de Cister, não só no que respeita a arquitetura das Ordens Monásticas, em geral, mas também no que concerne a arquitetura contemporânea.

Deste modo as Abadias cistercienses caracterizavam-se sobretudo pela racionalidade na articulação dos espaços e no despojamento de elementos decorativos. No entanto, usaram-se soluções locais com materiais disponíveis *in loco* assimilando as tradições culturais existentes. Os cistercienses utilizaram a arte e os modos de construir característicos de cada região e do país onde se inseriam sem no entanto deixar de aplicar alguns dos princípios que norteavam a sua espiritualidade de caráter austero e simples. Para os Cistercienses, a busca de Deus era permitida através da ascese e do despojamento total, sem qualquer tipo de solicitações externas à alma, procurando também atingir o paraíso perdido. Fraternidade, pobreza, simplicidade, silêncio são as palavras-chave da espiritualidade cisterciense.

No mosteiro cisterciense, a igreja constitui-se como o mais importante elemento da sua implantação sendo o mosteiro desenvolvido a partir da Igreja e em torno

do claustro. O Claustro, a nível formal e arquitetónico, era o epicentro do espaço monástico, três lados correspondem às funções essenciais: *spiritus*, a Norte; *anima*, a Este; *corpus*, a Sul; o quarto lado do claustro, a Oeste, era aberto aos Conversos (Martins, 2012).

Os mosteiros cistercienses apresentam-se com uma divisão em dois setores distintos, de acordo com as estruturas sociais da Ordem, de modo a poder albergar dois grupos tão díspares, como eram os monges e os conversos. Aos monges estava destinada a parte oriental da igreja com o seu coro e capelas assim como uma ala na qual se inseria a nível do piso térreo, a sacristia, o *armarium* (biblioteca), o parlatório onde o Prior recebia os monges, a Sala Capitular (ou sala do capítulo), a sala dos monges destinada ao trabalho intelectual e a nível do piso superior o dormitório e as latrinas. Aos monges, ainda cabia a utilização dos claustros como espaços destinados à leitura. Aos conversos, estavam destinadas a parte ocidental da igreja, assim como uma ala na qual se inseria, a nível inferior, o refeitório, o parlatório, o celeiro e, a nível do piso superior, o dormitório e as latrinas. Deste modo, existiam dois corpos no conjunto edificado que se opunham não só planimetricamente, no que respeita à sua situação relativamente à igreja, que era o local de oração comum a ambos, ainda que ocupassem locais diferentes, mas também quanto à sua vivência. Na realidade, estas eram duas vivências que não se cruzavam fisicamente, mas que dependiam inteiramente uma da outra no sentido de cumprir e honrar a Regra que observavam em *stricto sensu*. Apenas a igreja e a cozinha, cuja utilização implicava diferentes horários quer se tratasse de monges ou de conversos, eram comuns. Porém toda a comunidade estava presente na igreja nos dias de festa durante os quais, depois da missa, se encontravam na sala do capítulo para ouvir o abade.

O que a arquitetura cisterciense traz de novo é uma simplicidade e uma coerência inéditas no seu tempo e por ter sido baseada no rigor e na razão do pensamento de S. Bernardo pelo que é muitas vezes apelidada de arquitectura bernardina. O doutor melífluu uniu a experiência estética e a religiosa permitindo criar ilações e conclusões acerca da construção e da disposição dos diferentes espaços arquitetónicos “de more nostro” tendo por base o chamado plano bernardino, apesar de nada ter escrito especificamente sobre este assunto. A planta de cruz latina, o profundo sentido de ortogonalidade e os alinhamentos baseados num módulo quadrangular sobressaem no caderno (1230) de Honnecourt onde este desenhou um plano tipo de igreja com o título “esta é uma igreja feita de quadrados para a Ordem Cisterciense” em que não representa a espessura das paredes apontando para a existência de um plano ideal (Ferguson, 1984: 78). Esta planta não mantém o seu princípio unificador no seu traçado, ou desenho, mas sim no método utilizado na sua obtenção. O método caracteriza-se pela obtenção do traçado através de dois módulos base, que possuem entre si uma relação de três para quatro. Este será o processo metodológico utilizado na elaboração

da referida planimetria e não só serve para regular a planta, mas também as elevações ou alçados e todo o corpo monástico.

Consequentemente, o referido plano Bernardino, não só regula o plano da igreja cisterciense e todo o edifício monástico, mas também a vida da comunidade monástica a cada instante como se pode observar pela rigorosa disposição dos edifícios que constituem o corpo monástico. A planta tipo respondia às exigências de funcionalidade, abolindo o supérfluo, permitindo economia de espaço e de movimento e possibilitando assim a coexistência de monges, conversos e noviços articulando as suas vidas e tarefas segundo o lema dito acima em dois imperativos “*ora et labora*”. A austeridade cisterciense refletia-se não só na rotina quotidiana dos monges, mas também na própria lógica, na racionalidade da articulação dos espaços arquitectónicos e no despojamento de elementos decorativos.

O plano arquitectónico cisterciense nunca foi estático pois foi-se adaptando consoante as suas necessidades e consoante as exigências da realidade do contexto em que se inseriam. Apesar da utilização de um plano tipo, dificilmente se encontram duas abadias cistercienses idênticas, pois deve-se ter em atenção, não só as devidas adaptações e alterações, como também as condicionantes de cada local. A tipologia das igrejas cistercienses seguia assim um plano tipo que durante muito tempo foi apelidado de Plano Cisterciense ou mesmo de Plano Bernardino. Um dos exemplos mais representativos deste plano é o da Abadia de Fontenay, em França e o da primitiva Abadia de Alcobaça em Portugal. De facto, é a influência do pensamento de S. Bernardo que vai proporcionar a utilização das linhas simples e direitas e que vai repercutir-se sobretudo nas igrejas dos mosteiros com filiação em Claraval como é o caso de mosteiros em solo português. As outras fundações e filiações também adoptaram este programa e esta linguagem. No entanto, a utilização de mão-de-obra local e as influências das arquitecturas regionais trouxeram elementos característicos do próprio local onde se inseriam.

ESCOLHA DOS LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO CISTERCIENSE

A escolha dos locais onde se iriam implantar os mosteiros cistercienses teve, em Portugal, sobretudo durante o período inicial, a mesma preocupação que esteve subjacente a tantas outras implantações cistercienses. Ou seja os locais deviam corresponder não só à interpretação e observância da Regra de S. Bento como também à procura isolamnet e dos seus atributos que em muito determinaram a escolha dos locais influenciando mesmo a concepção estrutural e morfológica do Mosteiro. Os cistercienses, em Portugal, procuraram os locais afastados dos grandes centros urbanos, de preferência em vales férteis e próximos de um curso de água para implantarem os seus mosteiros em conformidade com o ideal cisterciense. Muitas implantações cistercienses foram alvo de transferência de local, quer fosse por falta

de água ou dela em demasia que pudesse provocar risco de inundações, locais demasiado buliçosos, insalubridade climática.

Em Portugal foram alvo de transferências de sítio os Mosteiros de Santa Maria de Salzedas e de S. Pedro das Águias. O Mosteiro de Santa Maria de Salzedas foi transferido alguns quilómetros pois corria o risco de ser frequentemente inundado devido a cheias do Varosa dada a sua proximidade a esta linha de água substituindo assim a Abadia Velha de Salzedas (Fig. 5). S. Pedro das Águias, o Velho, foi substituído pelo Mosteiro de S. Pedro das Águias, o Novo, devido à aridez do local da primeira implantação.

Tanto a primeira implantação de Salzedas como a primeira implantação de S. Pedro das Águias não foram terminadas devido à transferência de sítio e de ambas restam os vestígios da igreja, incompleta no caso de Salzedas e completa no caso de S. Pedro das Águias. Deste modo, pode-se comprovar que o oratório seria sempre o primeiro edifício do conjunto monástico a ser erigido em pedra. Para que um mosteiro prosperasse e se desenvolvesse, era necessário criar um perfeito enraizamento para o qual era necessário uma inteligente adaptação ao meio. As transferências de sítio apontam para uma preocupação, por parte dos monges cistercienses, em relação aos seus territórios no que respeita ao seu desenvolvimento e prosperidade. No caso de uma primeira implantação se mostrar imprópria, os cistercienses não hesitavam em fazer uma transferência de sítio ou então regressar à Abadia-mãe (Cocheril, 1966: 365).

Na região das Beiras, é de assinalar também a existência de um elevado número de igrejas românicas cuja planimetria apresenta uma nave única e abside, contrastando com o românico cisterciense de maior envergadura que pode apresentar três naves, como é o caso de São João de Tarouca ou mesmo Salzedas, tanto o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas como as ruínas da Abadia Velha, acrescidas de transepto e cabeceira composta por abside e absidíolos. De S. João de Tarouca (1143), subsiste a Igreja que continua em actividade e da qual se evidencia a sacristia, destacam-se também os monumentais dormitórios (séc. XVI e XVII) e os vestígios do elaborado sistema hidráulico. A igreja apresenta três naves, um largo transepto saliente e uma cabeceira composta por três capelas quadrangulares escalonadas. Escavações arqueológicas

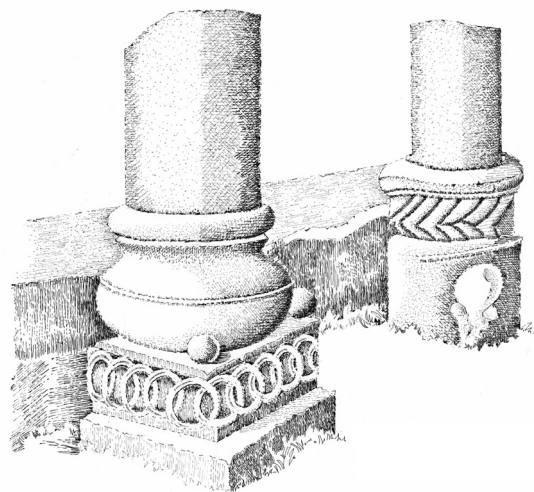


Fig. 5
Vestígios da Abadia Velha de Salzedas
(desenho de Mestre Braga da Costa)

colocaram a descoberto o claustro original do séc. XII assim como os vestígios da Sala do Capítulo, cozinha e latrinas. O Mosteiro de São João de Tarouca apresenta a sua estrutura medieval pouco alterada pelo que ainda se pode vislumbrar a primitiva planimetria, característica do românico tardio. Por outro lado, ao depender de Claraval como abadia-mãe, apresenta uma singular familiaridade, tão constante na arquitetura cisterciense, ao ser possível encontrar-se uma planimetria inserida no âmbito do plano bernardino, sendo esta uma extensão da planimetria apresentado por Claraval II.

De igual modo, inseridos na região das Beiras, se encontram os mosteiros de Santa Maria de Salzedas (1191) e S. Pedro das Águias (séc. XII, com nova implantação no séc. XVI), que em muito potenciaram a acção cisterciense no país. Ambos são exemplos de transferência de sítios, prática que como já foi referido sucedia por vezes com os mosteiros cistercienses. A Santa Maria de Salzedas corresponde uma primeira implantação a NE (Abadia Velha) da qual se encontram vestígios arqueológicos em terrenos de um particular (Quinta da Abadia Velha). Deste modo, é possível vislumbrar nas ruínas da Abadia Velha de Salzedas (1168) a marca de Cister numa igreja românica e de grande porte que apresenta indícios de três naves, transepto saliente, cabeceira composta salientando-se a abside e o absidiolo poligonais, algo raro nos mosteiros desta ordem que usualmente apresentavam uma cabeceira reta. Aquela que é atualmente a Igreja do antigo Mosteiro de Santa Maria de Salzedas permitiu revelar, após obras de conservação, a existência da primitiva igreja de características românicas trazendo à luz do dia capiteis, colunas e arcos ogivais que se encontravam “embutidos”, na atual igreja, fazendo parte integrante da sua estrutura, como se tratasse do esqueleto de um organismo vivo e atemporal que é o próprio edifício. Pode-se mesmo referenciar a existência de três igrejas no mosteiro de Santa Maria de Salzedas: as ruínas da Abadia Velha e a actual igreja, que se apresenta verdadeiramente como duas igrejas numa só, a primitiva e estrutural, por um lado, e a subsequente, que funciona quase como uma “pele” em relação à anterior. Assim, do período medieval remanesce a igreja do mosteiro que apresenta uma planta em cruz latina, três naves e transepto saliente sendo a cabeceira composta por cinco capelas absidais escalonadas, caso raro no panorama do românico português. Porém, deste período apenas subsistiu um absidiolo semicircular, no braço norte do transepto, com colunas adossadas no exterior.

Do Mosteiro de S. Pedro das Águias, o Velho, concelho de Tabuaço, subsiste a Igreja românica de planta simples dotada de nave única e capela-mor retangular. O destaque vai para a decoração escultórica, sobretudo para o tímpano da porta axial que apresenta uma cruz de características visigóticas e o belíssimo tímpano contendo a representação do *Agnus Dei* no portal norte.

CONCLUSÃO

As marcas do legado da Ordem de Cister em Portugal apresentam-se como um sistema, que assim permite a sua abordagem e estudo, constituindo-se em unidades não só arquitetónicas como artísticas e paisagísticas de elevado valor patrimonial que merecem ser preservadas. Apesar do Património Cisterciense, em Portugal, começar a ser inserido num plano abrangente e transeuropeu não deixa de prestar a sua contribuição na revitalização de planos, locais ou regionais, de desenvolvimento e identificação cultural.

Os mosteiros cistercienses portugueses tornaram-se dignos exemplares da arquitetura cisterciense europeia, apesar de ao longo dos tempos terem sido adaptados, ampliados e transformados segundo os gostos e os estilos da época. Muitos foram alvo de diversas recuperações e reabilitações, sobretudo no século passado, seguindo as teorias em voga e que fizeram reviver a sua arquitetura primitiva, como é o caso da pequena Igreja de S. Pedro das Águias ou permitiram descobrir a realidade escondida e esquecida, como foi o caso da intervenção que pôs a descoberto partes da primitiva estrutura medieval da Igreja de Santa Maria de Salzedas ou mesmo os notáveis trabalhos de escavação arqueológica conduzidos no Mosteiro de São João de Tarouca que puseram a descoberto vestígios da estrutura da primitiva abadia, permitindo perceber que os seus principais espaços, dos quais fazem parte o claustro, a sala do capítulo, a cozinha, as latrinas, se configuravam segundo o plano tantas vezes utilizado pelos cistercienses e que reflecte o pensamento de S. Bernardo moldado à arquitectura, ao ser um traçado de feição claravaliense.

Com o decorrer do tempo, também os ideais e a realidade se vão alterando. Os Mosteiros, após extinção das Ordens, por decreto de 28 de Maio de 1834, sofreram inúmeras transformações porém, na atualidade, são alvo de reabilitação segundo os moldes da contemporaneidade. Não deverão, no entanto, ser jamais esquecidas todas as conotações simbólicas, ideais e espirituais inerentes aos Mosteiros Cistercienses, nem as transformações operadas que permitiram a dialéctica entre a pequena e a grande escala, entre o ideal e a realidade, desde o início da nacionalidade até à contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

CAPITULA in Nascimento, Aires (1999). *CISTER: os Documentos Primitivos. Tradução, Introduções e Comentários de Aires do Nascimento*. Lisboa: Edições Colibri.

COCHERIL, Dom Maur (1982). D. Afonso Henriques et les premiers cisterciens portugais. Sep. *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. V. Guimarães.

- COCHERIL, Dom Maur (1966). *Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal. Collection Portugaise sous le patronage de l'Institut Français au Portugal*. Paris : societe d'editions "Les Belles Lettres", Lisbonne : Livraria Bertrand
- COCHERIL, Dom Maur (1978). *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. col. Cultura Medieval e Moderna –X. Fundação Calouste Gulbenkian. Paris: Centro Cultural Português.
- BRAUNFELS, Wolfgang (1993). *Monasteries of Western Europe – The Architecture of the Orders*. London: Thames and Hudson
- DIAS, Geraldo Coelho (1997). Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges. In *O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos*. Porto: Edições Afrontamento
- DIAS, Geraldo Coelho (2001). Monaquismo, Arte e Arquitectura – o caso do Mosteiro de Alpendurada. In *Religião e Simbólica*. Porto: Granito Editores.
- DIMIER, Pe. Anselme (1999). *Stones laid before the Lord. CSS 152*. Michigan: Cistercian Publications.
- FERGUSON, Peter (1984). *Architecture of Solitude*. Princeton University Press
- FORNARI, Federico (1981). *L'architettura cistercense e l'abbazia di Casamari*. Edizioni Casamari.
- KINDER, Terry N. (1998). *L'Europe Cistercienne*. col. Les formes de la nuit. Ed. Zodiaque
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1998). *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Coleção Estudos, nº 24. Lisboa: Edições Colibri.
- MARTINS, Ana Maria Tavares (2011). *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Sevilha (Espanha). Sevilha: inédito, policopiado.
- MARTINS, Ana Maria Tavares (2006). Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem. In *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias*, Vol. 1. Porto: Edição FLUP.
- MARTINS, Ana Maria Tavares (2012). Maceira de Covelliana: da Cidade Monástica à Cidade do Homem in *UBIMUSEUM*. nº 1. Covilhã: Universidade da Beira Interior, ISSN 2182-656 [por convite]; Disponível online em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-martins-ana-maceira-de-covelliana-da-cidade-monastica-cidado-do-homem.pdf>
- MARTINS, Ana Maria Tavares (2007). *Uma Perspectiva da Ordem de Cister: o Legado Português*. Viseu: Ed. Autor
- MUMFORD, Lewis (1961). *A cidade na história - suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília
- PEREIRA, Paulo (1999). *2000 anos de arte em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates.
- PRESSOUYRE, León (1998). *Le Rêve Cistercien*. col. Découverts Gallimard, nº 95. Paris: Ed. Gallimard.
- REGRA DO PATRIARCA S. BENTO (1992). Traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga, 2ª edição. Singeverga: Edições "Ora & Labora"
- ROMANINI, Angiola Maria (1998). O projecto cisterciense. In *A Idade Média*, dir. Georges Duby e Michel Laclotte. col. História Artística da Europa. tomo II. Lisboa: Quetzal Editores.
- SIMSON, Otto von (2000). *La catedral gótica*. Madrid: Alianza Forma.
- SURCHAMP, Dom Angelico (1982). L'esprit de l'art cistercien. In *L'Art Cistercien – France*. Ed. Zodiaque.

Ana Maria Tavares Martins

Licenciada em Arquitectura (1997) pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA-UTL). Doutora pela Universidade de Sevilha, Espanha (2011) com a tese “As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território”. Professora Auxiliar no Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior onde lecciona disciplinas de História de Arquitectura, Teoria da Arquitectura e Desenho. Investigadora integrada CITAD (Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design – Fundação Minerva - Lisboa). Investigadora colaboradora do CIDEHUS (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora). Membro de: SHA (Society of Architectural Historians), desde 2012, com o nº 23073; AHRA (Architectural Humanities Research Association) desde 2011; APOC (Associação Portuguesa de Cister) desde 2008; EAHN (European Architectural History Network) desde 2008; ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios) desde 2008; CICOP-Portugal (Centro Internacional para a Conservação do Património) desde 2004; Membro da OA (Ordem dos Arquitectos), desde 1997, com o nº 6983N. Principais linhas de investigação: Arquitectura Monástica, História da Arquitectura, Reabilitação do Património Arquitectónico e Urbano.

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior